

Ato nº 126, de 24 de maio de 2010.

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal e anexos, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010, para divulgação e conhecimento público.

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2009 A ABRIL/2010

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

R\$ Milhares

Despesas Executadas (últimos 12 meses)

DESPESA COM PESSOAL	Liquidada	Inscrita em Restos a Pagar não processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	220.708	5.644	226.352
Pessoal Ativo	166.328	5.644	171.972
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	14.605	574	15.179
Demais Despesas com Pessoal Ativo	151.723	5.070	156.793
Pessoal Inativo e Pensionistas	54.380	0	54.380
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	561	0	561
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	53.819	0	53.819
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19, da LRF) (II)	70.764	574	71.338
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	14.605	574	15.179
Despesas de Exercícios Anteriores	3.008	0	3.008
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	53.151	0	53.151
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	149.944	5.070	155.014

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			468.699.862
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV) *100	0,031991%	0,001082%	0,033073%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,076928%			360.561
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,073082			342.533

FONTE: SIAFI 2009/2010 e Divisão de Contabilidade/DSOFC/TRT 7ª Região

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo, que representa a soma de R\$ 12.959.851,95 relativo a Precatório da Administração Direta, ação 0005 e R\$ 2.219.424,00 relativo a Sentença de Pequeno Valor, ação 0625.

3) Este relatório não inclui o valor de R\$ 3.258.353,84 referente destaque para pagamento de precatórios de Órgãos da Administração Pública Indireta, conforme artigo 29 da Lei 12.017/2009 (LDO 2010)

4) As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 24 de maio de 2010.

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA

Desembargador Presidente do Tribunal

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA

Diretor Geral - Ordenador da Despesa

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA

Diretora da Diretoria do Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade

ANA PAULA BORGES DE ARAUJO ZAUPA

Assessora de Controle Interno